

A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO DE QUALIDADE NA REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

Juliana Frandalozo Alves dos Santos¹

Resumo

A qualidade no jornalismo pode ser determinada por vários aspectos. Um deles, a responsabilidade social, é também um dos aspectos discutidos no conceito de jornalismo cívico - ou público - (Rosen, 1994) (Merritt, 1997), que, no sentido geral, propõe um envolvimento maior da imprensa com a sociedade, buscando solucionar problemas locais. Este artigo é uma revisão bibliográfica que analisa critérios de qualidade do jornalismo e o conceito de jornalismo cívico como forma de discutir o papel do jornalismo na redução de risco e desastre. Os resultados mostram que o jornalismo cívico contribui para ampliar o sentido jornalístico de responsabilidade social, elemento norteador da qualidade jornalística, e fundamental para a redução de risco e desastre.

Palavras-chave

Qualidade no jornalismo, cobertura jornalística, comunicação de risco e desastre, redução de risco e desastre

Abstract

The quality of journalism can be determined by several aspects. One of them, the social responsibility, is also one of the aspects discussed within the concept of civic journalism - or public journalism - (Rosen, 1994) (Merritt, 1997), which proposes a social involvement of the press, aiming to solve local problems. This article is a review of literature that examines elements of quality of journalism and the concept of civic journalism as a mean to discuss the role of journalism in risk reduction and disaster. The results show that civic journalism contributes to enhance the sense of journalistic responsibility, a basic element of the quality of journalism, and essential for disaster and risk reduction.

Key-words

Journalism quality, journalism coverage, disaster risk communication, disaster risk reduction

Introdução

Todos os anos, enchentes, deslizamentos, secas, terremotos, erupções vulcânicas, tsunamis, e outros tipos de desastres provocam danos, prejuízos e mortes afetando mais de duzentos milhões de pessoas em todo o mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas - Secretariado da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, EIRD.

Reduzir riscos para evitar desastres é uma política internacional, incentivada pela ONU, que busca integrar a sociedade civil com os órgãos de gerenciamento de risco e desastre em torno de estratégias conjuntas, necessárias para salvar vidas e conservar o patrimônio.

Desastres sempre são notícia e uma cobertura de qualidade é imprescindível para difundir informações relevantes em todas as fases do desastre. A participação da imprensa nas políticas de redução de risco e desastre se torna então, inevitável, uma vez que, mesmo sem tomar consciência, a mera cobertura do desastre já contribui, positiva ou negativamente, para informar - ou desinformar - a população.

Por isso é necessária a discussão sobre um jornalismo mais consciente e engajado, que encontramos no conceito de jornalismo cívico, também apresentado como cidadão e público, proposto por David Merritt (1995) e Jay Rosen (1994; 1999). Este estudo levanta critérios de qualidade, baseados nos elementos essenciais do jornalismo para discutir a participação do jornalismo na redução de risco e desastre.

Crítérios de qualidade no jornalismo

Dentre as pesquisas já realizadas sobre qualidade no jornalismo estão discussões sobre aspectos gerais da profissão, aspectos particulares de qualidade em cada meio, televisão, internet, rádio e impresso, aspectos da gestão empresarial, percepção de qualidade do consumidor, qualidade no processo e no produto.

Carina Benedeti (2006, 145) observa que “o compromisso com uma informação de qualidade faz parte dos fundamentos conceituais e históricos da atividade jornalística”.

Para ela, a comparação normativa entre o ser e o dever-ser funciona como parâmetro de avaliação da qualidade do jornalismo.

A autora segue a linha de estudo de Josenildo Guerra (2003) que defende que a neutralidade obtida através da objetividade é o que confere credibilidade para o trabalho jornalístico, o que configura, portanto, a motivação para o aprimoramento das funções jornalísticas. Para Josenildo Guerra, a demanda por qualidade é global (2009, 11) e todos os aspectos tem importância na busca de atendê-la.

Benedeti define que a qualidade está na concepção de verdade e na objetividade, princípios que figuram como básicos na atividade jornalística, assim como liberdade, igualdade e pluralidade. A autora prefere não problematizar a concepção de verdade, trazendo-a para a discussão jornalística enquanto elemento de verificação, “a verdade está na verificabilidade dos resultados” (2006, 38).

Esse mesmo ponto de vista é compartilhado por Kovach & Rosenstiel (2004) que nas discussões do Comitê dos Jornalistas Preocupados, criado em 1997, nos Estados Unidos, para debater a sobrevivência da imprensa livre, elencaram os elementos básicos da profissão de jornalismo. Quando estabelecem que a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade, Kovach & Rosenstiel (2004, 61) explicitam as dúvidas do Comitê dos Jornalistas Preocupados sobre este que é um dos conceitos filosóficos mais questionáveis e sobre o qual, os jornalistas admitem que a resposta a essa pergunta “geralmente acaba empacada” (2004, 66).

A busca da verdade, através do processo de apuração e verificação é o que diferencia o jornalismo de outras profissões da comunicação. O jornalismo busca fornecer à sociedade um relato preciso e contextualizado dos fatos, para isso busca uma verdade prática e funcional, não absoluta, no sentido filosófico. (Kovach & Rosenstiel, 2004, 68) A verdade jornalística se manifesta na apuração e verificação dos fatos, de acordo com critérios da profissão. Esses autores defendem a objetividade enquanto método de verificação, pois “a essência do jornalismo é a disciplina da verificação” (2004, 113).

As notícias, consideradas uma “partícula da realidade” em um “caleidoscópio de formas da realidade superficial em contínua mudança” (Phillips, 1976a/ 1993 apud Traquina, 2005, 48) são construídas com base em elementos técnicos que ajudam a construir uma representação da realidade, como explica Vizeu (2002, 05):

Os jornalistas apresentam versões diferentes de uma mesma realidade; apresentam provas suplementares para fundamentar um fato; usam aspas para indicar que o repórter não está dando a sua versão do fato, mas a da fonte, do entrevistado; apresentam os fatos mais importantes primeiro, e separam cuidadosamente os fatos das opiniões através da utilização do rótulo de informação opinativa.

Tanto Benedeti (2006), quanto Kovach & Rosenstiel (2004) defendem que a informação de qualidade é uma busca elementar da profissão.

A pesquisa de Philip Meyer em seu livro *Os Jornais Podem Desaparecer? - Como Salvar o Jornalismo na Era da Informação*, aponta para a dificuldade de demonstrar que o jornalismo de qualidade é a causa do sucesso financeiro, e não seu resultado marginal. Para ele a qualidade de produtos e processos jornalísticos, tem sido refém de decisões empresariais que visam aumentar o lucro imediato, sem investimentos sólidos na manutenção do negócio, o que não tem sentido, pois sua pesquisa chega à conclusão de que o jornalismo de qualidade é um bom negócio. (Meyer, 2007)

Também abordam o ponto de vista empresarial do jornalismo os estudos de qualidade jornalística feitos para a UNESCO em 2010. Neste estudo, Rogério Christofolletti (2010), buscou levantar indicadores de qualidade para o jornalismo. Ele divide a qualidade em dois aspectos “adequação a padrões/ especificações previamente definidos pela própria organização” e “grau de adequação entre as expectativas dos consumidores e a percepção deles do produto ou serviço”. No artigo publicado, Christofolletti estudou e definiu alguns padrões definidos pela organização.

O estudo ainda está em desenvolvimento e envolve outros pesquisadores brasileiros como Luis Augusto de Cerqueira (2010), que faz a análise do processo jornalístico, o *newsmaking*, para definir critérios de qualidade. Dentre os elementos de qualidade mais lembrados pelos entrevistados da pesquisa que ele desenvolveu nas empresas

jornalísticas para estabelecer uma matriz de indicadores de qualidade, estão o princípio da verdade e verificabilidade de fontes e compromisso social, pluralidade, independência e ética.

Mesmo em linhas de pesquisa distintas, os elementos de qualidade se convergem. Benedeti (2006) identificou em sua pesquisa: Veracidade, comunicabilidade (competência linguística e expositiva); pluralidade, liberdade, socioreferenciabilidade (interesse público); inteligibilidade; transmissibilidade (transparência do método e rigor investigativo).

Os elementos de Kovach & Rosenstiel (2004, 22-23) apontam para a qualidade, mas, em meio ao que definiram como os nove elementos básicos do jornalismo:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

Em outro trabalho de Christofolletti, *Ética e Jornalismo*, ele ressalta que para tratar de qualidade jornalística é imprescindível tratar da ética profissional, pois a “conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho” (2008, 11). Para o autor, os cidadãos acabam criando seus próprios parâmetros e, “com o passar dos anos, a sociedade percebeu que poderia exigir mais qualidade, e o debate sobre a ética emergiu de forma pulsante” (Christofolletti, 2008, 15) no jornalismo.

Trazer o debate sobre qualidade para a dimensão ética pode contribuir para aprofundar as discussões e ligar os elementos de qualidade aplicados na prática do jornalismo com alguns aspectos da teoria do jornalismo.

Ao discutir a forma como a ética é tratada, como uma coisa abstrata, Christofolletti leva à reflexão da responsabilidade social do jornalista, que é um dos pontos de discussão mais relevantes para a qualidade neste trabalho, pois “a ética é um conjunto de processos mentais e reflexivos que derivam em práticas concretas na vida” (2008, 18).

Kovach & Rosenstiel (2004) condenam a confiança excessiva em fontes oficiais, que provoca distorções no processo de apuração e verificação, além de prejudicar outros elementos de qualidade como a pluralidade de fontes e a responsabilidade social. Eles recomendam que o jornalista “não confie em relatos ou informações oficiais” (2004, 138) para que não caia em armadilhas e que valorize a informação direto da fonte.

O tratamento inadequado da fonte influencia diretamente a qualidade do produto final, tanto nos elementos citados quanto na questão da independência jornalística.

No Relatório dos resultados parciais do projeto Promoção da Cultura de Riscos de Desastres (Brasil, 2011), se constatou que as fontes oficiais estavam presentes em 50,1% das matérias sobre desastres, sendo que fontes especialistas em desastres responderam por 13,4%, e afetados pelos desastres estiveram presentes em 28,9%. O relatório também conclui que as matérias sobre desastres polarizam as fontes, opondo fontes oficiais e vítimas de desastres, o que prejudica o contexto geral e “contribui com a ampliação social do desastre, fomentando o medo, a angústia e o sentimento de incerteza dos afetados” (2011, 91).

Os dados reiteram a importância do critério de pluralidade de fontes, também relevante para o jornalismo cívico.

O papel do jornalista revisto pelo jornalismo cívico

No final dos anos 80, começou, nos Estados Unidos, um movimento que pretendia trazer mais cidadania para o jornalismo em um contexto de descrédito da imprensa e frustração em relação à superficialidade da cobertura das eleições presidenciais nos EUA naquele período. (Traquina, 2003, 09) Um dos precursores do movimento, David

Merritt, propôs uma revitalização da vida pública como forma de revitalizar o próprio jornalismo. (1997, 07)

Traquina (2003, 09) reuniu em um livro vários artigos sobre o movimento, que recebe diferentes nomes: jornalismo comunitário (Craig, 1995); jornalismo de serviço público (Shepard, 1994); jornalismo público (Rosen, 1994; Merrit, 1995) e jornalismo cívico (Lamberth e Craig, 1995). Todos os nomes se referem, a princípio, ao mesmo conceito, diferindo na semiótica, o que favorece, portanto a adoção, neste artigo, de jornalismo cívico, tal qual Traquina.

Para Rosen (1999) e Merritt (1997) o jornalismo tem papel fundamental no fortalecimento da democracia e o jornalismo cívico vem revitalizar essa função. A preocupação parte do princípio de que, o jornalismo depende de uma vida pública sadia e vice-versa, pois não importa o que fazemos como jornalistas, se as pessoas não estão atentas à vida pública e se preocupam apenas com seus interesses privados, não vão precisar de jornalistas ou de jornalismo. (Merritt, 1997, 07, tradução livre)

Friedland, Rosen e Austin (1994, 01) esclarecem que o jornalismo cívico propõe um novo pacto entre o povo e a imprensa. Ele começa com o entendimento de que os jornalistas têm uma responsabilidade fundamental para o fortalecimento da cultura cívica. Não é mais possível permanecer à parte, como observadores aparentemente neutros, enquanto a vida pública desmorona, mesmo que os jornalistas desejem que seja assim (tradução livre). Considerando os elementos de qualidade, o jornalismo cívico se traduz basicamente em um deles, a responsabilidade social, critério esse que também contribui para definir como o jornalismo se insere na redução de risco de desastre.

O papel do jornalismo na redução de risco e desastre

Para começar a entender como o jornalismo poderia contribuir para a redução de riscos, é necessário compreender o que é a Defesa Civil. O Manual de Planejamento da Defesa Civil (Castro, 1999, 10) define Defesa Civil como:

O conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a

normalidade social. A finalidade da defesa civil é promover a segurança global da população, em circunstâncias de desastres naturais, antropogênicos e mistos.

O lema da Defesa Civil pode definir bem o que se traduz conceitualmente como gestão integrada de risco e desastre: “Defesa Civil somos todos nós”. Esse tipo de gestão prevê a participação integral de toda a sociedade, visando reduzir riscos e construir cidades mais seguras.

Inserida em uma gestão integrada de risco e desastre, a comunicação é uma das ferramentas mais importantes na redução de riscos. Glória Bratschi (2007, 01), a esse respeito, enfatiza:

la gestión de la comunicación le otorga “valor” a la gestión del riesgo, dinamiza, promueve, influye, persuade, facilita la comprensión, modifica conductas y actitudes. Confundida muchas veces con información, la comunicación se eleva ya al rango de “proceso imprescindible” en toda acción preventiva o de respuesta, en toda planificación destinada a la reconstrucción o a la rehabilitación, en caso de desastre. Ella provee los insumos básicos para que tanto emisores y receptores se relacionen acertadamente, interactúen proactivamente y puedan establecer una óptima retroalimentación.

De acordo com o *Guia de comunicação social e comunicação de risco em saúde animal* produzido pela Organização Mundial da Saúde, “a comunicação de risco busca, antes de tudo, sensibilizar a população, os governos e a comunidade política sobre os desafios envolvidos em uma grande emergência na área de saúde pública ou em quaisquer outras áreas correlatas” (2007, 65).

Villalobos Mora (2001) ressalta a importância da comunicação em todas as etapas de um desastre, para ser aplicada sistematicamente na gestão integral do risco. Fred Cate (1994) reitera que ao declarar a década de 1990-1999 como a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais (IDNDR), a Organização das Nações Unidas reconheceu que a humanidade “dispõe dos meios para reduzir o impacto dos desastres - para salvar vidas e reduzir danos à propriedade”. No âmbito deste decênio, Sandra Salazar Vindas (1999) destaca o ano de 1998 como o marco da inserção da comunicação social na prevenção de desastres e na gestão de risco. A campanha mundial promovida pela ONU neste ano teve como tema “A prevenção de desastres começa com a informação”, e teve

o objetivo de promover a discussão e a execução de ações sobre este, mediante iniciativas de diversas organizações nacionais e internacionais. (tradução nossa)

A responsabilidade com a informação deve reger a cobertura de desastres para uma maior compreensão de todo o processo do desastre, que não se resume apenas ao fato trágico. De acordo com o Guia de comunicação social e comunicação de risco em saúde animal (2007, 70-71), uma cobertura responsável deve fornecer informações-chave acessíveis à população, sempre visando o interesse público. Do contrário,

reportagens sensacionalistas podem elevar a ansiedade pública a níveis desproporcionais em relação à efetiva realidade da emergência. Uma cobertura exagerada de uma emergência sanitária está mais propensa a acontecer quando a informação oficial é escassa ou considerada não confiável. Na falta de um fluxo de informação constante de uma fonte respeitável, os rumores vão preencher o vácuo e iniciar um ciclo de vida próprio. (2007, 71)

Existem quatro aspectos globais que norteiam as ações de redução dos desastres: Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução. Apesar da cobertura de desastres tomar um importante espaço na imprensa, observa-se que esse espaço só existe após o desastre, na fase de resposta, quando é muito frequente o imprevisto e a espetacularização. (Brasil, 2010, 81)

No relatório parcial do Projeto Promoção da Cultura de Risco e Desastre, PCRDR (Brasil, 2011), feito em parceria do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina e da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, há uma análise quantitativa da cobertura de desastres que comprovou que há uma tendência clara e predominante de cobrir a resposta. Em 92,4% das matérias levantadas de dois jornais de grande circulação em cada estado do Brasil, foi dada atenção ao assunto após ocorrer um desastre significativo.

Esses números sugerem uma cobertura meramente factual, ou seja, ocorreu o desastre a imprensa cobriu. A cobertura dos desastres é, sem dúvida, importante, no entanto, após a tragédia pouco tem a imprensa a fazer, raras exceções. Na maioria das situações analisadas os veículos passaram a ser repetitivos e a apelar para histórias isoladas, de exploração da dor das vítimas. (Brasil, 2011, 89)

A comunicação é um fator decisivo tanto para a prevenção e preparação, quanto para a resposta ao desastre e posterior reconstrução. Em qualquer uma dessas fases, a população e os órgãos de gestão integrada de desastres precisam estar munidos de informação de qualidade para agir corretamente na tomada de decisões.

Neste sentido, é relevante frisar a principal finalidade do jornalismo, de acordo com Kovach & Rosenstiel (2004, 31), de “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”.

Villalobos Mora (2001) ressalta que uma cultura de prevenção implica em uma atitude coletiva que somente pode ser construída mediante um longo processo social. Dentro deste processo, a democratização da informação sobre desastres e a crescente participação da sociedade civil são fatores chave (tradução livre).

Por ser a gestão de risco e desastre um assunto interdisciplinar, pesquisadores e técnicos de outras áreas de conhecimento contribuem para a inserção da comunicação nas discussões e no planejamento. Depois dos desastres na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, e o terremoto, seguido de tsunami no Japão, em março do mesmo ano, ficou claro que a amplitude do desastre aumenta se a comunicação não ocorre com eficiência. Ao acompanhar as fases de resposta e reconstrução de ambos os locais afetados, evidenciou-se que a preparação japonesa contribuiu com uma organização e mobilização comunitária que impressionaram o mundo todo, ao passo que na região serrana, não faltaram problemas devido à atuação improvisada dos gestores.

Para repensar a atuação da imprensa e inserir o jornalismo na redução de risco e desastre é preciso levar em conta aspectos da gestão de risco e desastre, até agora pouco difundidos, como a necessidade de ampliação da cultura da percepção de risco em detrimento da resposta ao desastre.

Este é um dos objetivos descritos no Marco de Ação de Hyogo, documento aprovado na Conferência Mundial sobre Redução de Desastres para orientar e direcionar as ações de redução de riscos e desastres no mundo de 2005 a 2015: Promover a participação da

mídia, a fim de promover uma cultura de resiliência frente a desastres e uma forte participação da comunidade em campanhas constantes de educação e cidadania e em consultas públicas a todos os níveis da sociedade. (tradução nossa) A estratégia já é desenvolvida em países que tiveram de reforçar e ampliar sua defesa civil devido à ocorrência de grandes desastres e agora está sendo trazida para o Brasil através da parceria dos órgãos de Defesa Civil com a ONU.

Guias para a cobertura de desastres

Stephen Rattien (1994) destaca a importância do planejamento pré-desastre para a cobertura da mídia, tanto para beneficiar o interesse público, quanto para manter os profissionais livres de risco. Ele lembra que criar um plano de trabalho e compartilhar informações com os grupos técnicos de gestão de risco é importante para desenvolver os melhores meios de transmitir informação ao público. Rattien recomenda o trabalho conjunto para desenvolver mapas de risco, planos de contingência, bancos de dados que possam rapidamente fornecer informações sobre a natureza de um determinado risco e materiais de divulgação pública de interesse para a mídia e de benefício para o público em geral (tradução livre).

Existem alguns guias preparados especificamente para orientar a cobertura jornalística de desastres. Dentre eles, destacamos três, editados por grupos estrangeiros: *Cobertura Jornalística de Desastres Naturais*, produzido pelo governo de Moçambique, em 2009; *Cobertura de Desastres y Crisis*, editado pelas jornalistas dos Estados Unidos, Deborah Potter e Sherry Ricchiardi, do International Center for Journalists, ICFJ, em 2009; e *o Guia para los periodistas que cubren la reducción del riesgo de desastres*, editado em 2011 e traduzido em vários idiomas, pela Estratégia Internacional de Redução de Desastres, da Organização das Nações Unidas.

O primeiro guia é direcionado para jornalistas e objetiva facilitar a gestão de risco e desastre do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades do governo de Moçambique, de forma a coordenar e organizar a atuação dos jornalistas na ocorrência de um desastre. Menciona a importância do acompanhamento, por parte dos profissionais de mídia, das etapas de prevenção e preparação, que antecedem a resposta e a elaboração do plano de

contingência. É um manual prático que revela a preocupação dos gestores com a qualidade do material produzido na cobertura, monitorado de acordo com alguns aspectos básicos que devem ser respeitados no jornalismo: liberdade dos órgãos de imprensa para investigar, livre acesso às fontes de informação, tratamento igual a todos os veículos de imprensa. O guia destaca ainda que o benefício da dúvida deve estar sempre presente no trabalho do jornalista, numa referência clara ao trabalho de verificação, um elemento essencial à prática jornalística. (Moçambique, 2009, 7-8) A publicação ainda destaca a necessidade do preparo anterior dos profissionais que atuam na cobertura do desastre.

É importante acompanhar o processo de resposta aos desastres naturais desde o período que antecede a sua ocorrência para fornecer aos leitores/telespectadores/ouvintes uma cobertura compreensiva. O início do processo de preparação dos Planos de Contingência marca a rápida transição para as ações de resposta aos desastres naturais e faz emergir os cenários que determinam a elaboração dos orçamentos que dominam em todo o período de emergência. Os jornalistas devem acompanhar todo este processo que antecede a ocorrência de um desastre natural. (Moçambique, 2009, 08)

O guia editado pelas jornalistas do ICFJ é mais específico sobre procedimentos de operacionalização da equipe em caso de desastre, é uma espécie de manual de autoajuda escrito por jornalistas para jornalistas. O guia se divide em duas sessões. Na primeira aborda detalhes da preparação da redação para a cobertura de desastres, como desenvolver um plano de cobertura, como administrar e cobrir uma crise. A segunda sessão enfoca a importância de saber lidar com situações de impacto emocional e trauma que podem acometer os profissionais envolvidos na cobertura e dá conselhos de como tratar com afetados e sobreviventes do desastre.

O material preparado pela ONU enfoca a participação estratégica da mídia na redução de riscos e desastres. Sugere um papel mais amplo do jornalismo na gestão de risco e desastre, destacando a necessidade de incluir a RRD na pauta diária e a responsabilidade social do jornalista na informação correta e de qualidade.

O guia da ONU evidencia a tendência das diretrizes políticas e humanitárias recomendadas pelas Nações Unidas que apontam a gestão integrada de risco e desastre

como melhor forma de articular instituições governamentais, comunidade e toda forma de organização civil, inclusive a imprensa.

Neste contexto, o jornalismo tem um papel de responsabilidade social, a ser cumprido com independência, desvinculado de sistemas, exercendo principalmente o jornalismo informativo, o jornalismo denúncia e o jornalismo educativo. (Castro, 1999, 380-382)

Esse papel evidencia que o jornalismo de desastres não se resume à cobertura factual da resposta, mas deve ser abrangente, participando da disseminação de uma cultura de prevenção ao risco, o que revela a importância de se pensar o conceito de jornalismo cívico, também conhecido como público e cidadão, que trata da responsabilidade social da imprensa.

Considerações finais

Diante dos desafios impostos pela ocorrência de desastres, o jornalismo tem um papel fundamental na veiculação de informação. Neste artigo, mostramos que, apesar das discussões sobre qualidade no jornalismo serem ainda escassas, existem pontos comuns que determinam basicamente quais são seus elementos. Alguns deles dizem respeito aos fundamentos do jornalismo enquanto profissão como: responsabilidade social, independência, interesse público e credibilidade. Outros elementos fazem parte do processo de produção, o *newsmaking*, e são observados no produto pronto: verificabilidade; rigor na apuração; pluralidade de fontes; ética. Dentre os critérios de qualidade abordados, observa-se que a responsabilidade social é o que norteia todos os outros, principalmente no que diz respeito ao jornalismo cívico.

Visualizando a inserção do jornalismo na redução de risco e desastre não encontramos conceito mais adequado para ampliar as discussões do que o de jornalismo cívico, que tira o jornalista da passividade para trazê-lo à tona das discussões, tornando-o agente da transformação necessária para integrar esforços que salvam vidas. Apesar da dificuldade que o jornalista tem em lidar com fontes oficiais, principalmente quando é necessário trabalhar em conjunto, consideramos que a consciência dos elementos de qualidade pode ajudar para que o interesse público seja o principal beneficiado dessa parceria. O

papel do jornalismo pode ser repensado sob vários aspectos, mas sem qualidade, não podemos dividir sua relevância para a manutenção da vida pública, como propõe o jornalismo cívico. Neste sentido, é necessário saber de que tipo de jornalismo estamos falando e que atende a necessidade do público: o jornalismo de qualidade.

Cidadãos e jornalistas sabem, por intuição ou prática, que a obrigação para com a cidadania é a principal finalidade do jornalismo, o que reafirma seu papel de agente da informação de qualidade na redução de risco e desastre.

Referências Bibliográficas

BENEDETI, Carina Andrade. *A qualidade da informação jornalística: Uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004*. Dissertação. Universidade de Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Comunicação de riscos e de desastres*. Curso a distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Promoção da cultura de riscos de desastres: relatório dos resultados parciais do projeto / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. – Florianópolis*. CEPED UFSC, 2011.

BRATSCHI, Gloria. *La comunicación social en la gestión del riesgo. Algunos conceptos para recordar y aplicar*. EIRD ONU: Revista Reducción de Desastres em las Américas, EIRD Informa nº14, 2007. Disponível em: <<http://www.eird.org/esp/revista/no-14-2007/index.html>>. Acesso em: 28 março 2012.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. *Manual de planejamento em defesa civil*. Ministério da Integração Nacional: 1ª Edição, 1999. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/planejamento.asp>>. Acesso em: 26 março 2012.

CATE, Fred H. Roundtable on the Media, Scientific Information and Disasters at the United Nations World Conference on Natural Disaster Reduction. In: CATE, Fred H. (Org.). *International disaster communications: Harnessing the power of communications to avert disasters and save lives*. Washington, D.C.: The Annenberg Washington Program in Communications Policy Studies of Northwestern University, 1994. Disponível em: < <http://www.annenberg.northwestern.edu/pubs/disas/> >. Acesso em: 26 março 2012.

CERQUEIRA, Luiz Augusto Egypto de. *Qualidade jornalística: Ensaio para uma matriz de indicadores*. 6ª Publicação. Série debates CI: comunicação e informação; UNESCO: 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Indicadores da qualidade no jornalismo: Políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros*. 3ª Publicação. Série debates CI: comunicação e informação; UNESCO: 2010.

FRIEDLAND, Lewis A; ROSEN, Jay; AUSTIN, Lisa. *Civic Journalism - A New Approach to Citizenship*. CPN- Civic Practices Network. [S.l.: s.n.,1994]. Disponível em: <http://www.cpn.org/topics/communication/civicjourn_new.html>. Acesso em: 24 março 2012.

GUERRA, Josenildo Luiz. *O nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística*. Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003.

GUERRA, Josenildo Luiz. *Notas sobre o desenvolvimento de pesquisa de avaliação de qualidade aplicada ao Jornalismo*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba: Intercom, 2009.

PANAFTOSA-OPAS/OMS. *Guia de comunicação social e comunicação de risco em saúde animal*. Rio de Janeiro: PANAFOTOSA-OPAS/OMS, 2007.

KOVACH, Bill, e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEONI, Brigitte; RADFORD, Tim; SCHULMAN, Mark. *Los desastres vistos desde una óptica diferente: Detrás de cada efecto hay una causa; Guía para los periodistas que cubren la reducción del riesgo de desastres*. Estrategia Internacional para la Reducción de los Desastres de las Naciones Unidas (ONU/EIRD), 2011.

MERRITT, Davis. *Public Journalism and the Public Life: Why Telling the News is Not Enough*. 2ª ed. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Public_journalism_and_public_life.html?hl=pt-BR&id=LW1O2pa_MasC>. Acesso em: 13 abril 2012.

MEYER, Philip. *Os Jornais Podem Desaparecer? - Como Salvar o Jornalismo na Era da Informação*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOÇAMBIQUE, República de. Ministério da Administração Estatal; Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. *Cobertura Jornalística de Desastres Naturais*. Maio de 2009. Disponível em: <http://desastres-moz.org/cobertura_jornalistica.pdf>. Acesso em: 15 abril 2011.

NACIONES UNIDAS. Secretaria Interinstitucional de la Estrategia Internacional para Reducción de Desastres de las Américas. *Introducción al Marco de Acción de Hyogo 2005-2015: aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres*. Ginebra; Suiza, 2005. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/hfa>>. Acesso em: 5 abril 2012.

POTTER, Deborah; RICCHIARDI, Sherry. *Disaster and Crisis Coverage*. International Center for Journalists. 2009.

RATTIEN, Stephen. The role of the media in hazard mitigation and disaster management. In: CATE, Fred H. (Org.). *International disaster communications: Harnessing the power of communications to avert disasters and save lives*. Washington, D.C.: The Annenberg Washington Program in Communications Policy Studies of Northwestern University, 1994. Disponível em: <<http://www.annenberg.northwestern.edu/pubs/disas/>>. Acesso em: 26 março 2012.

ROSEN, Jay. *What Are Journalists For?* New Haven, London, Yale University Press, 1999.

SALAZAR VINDAS, Sandra. *Guía para la comunicación social y la prevención de desastres: "La prevención de desastres comienza con la información"* (Taller regional sobre comunicación social y prevención de desastres América Latina) / Sandra Salazar Vindas (org.) - 1a. ed. - San José, C.R.: Secretaría DIRDN, unidad para América Latina y el Caribe, 1999. Disponível em: <<http://helid.digicollection.org/en/d/Jops02/2.1.html>>. Acesso em: 15 abril 2011.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Volume II. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario (org.). *Jornalismo cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

VILLALOBOS MORA, Margarita. *Estrategia de comunicación para construir una cultura de prevención*. Revista EIRD Informa - América Latina y el Caribe, Ginebra, nº2, 2001. Disponível em: http://www.eird.org/esp/revista/No2_2001/pagina10.htm>. Acesso em 5 abril 2012.

VIZEU, Alfredo. *O Jornalismo e as "teorias intermediárias": Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso(AD)*. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf>>. Acesso em 23 março 2012.

¹ Juliana Frandalozo Alves dos Santos é jornalista e pesquisadora do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Meditsch. E-mail: jfrandalozo@gmail.com